

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/312526159>

Quinta e Palácio da Terrugem, em Paço d'Arcos: contributo para o seu estudo

Chapter · December 2016

CITATIONS

0

READS

61

1 author:



Alexandra de Carvalho Antunes
University of Lisbon

95 PUBLICATIONS 10 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Cais das Colunas and the Ancient River Quays of Lisbon, Portugal [View project](#)



Seaside Architecture Studies Network (SEAS-NET) / Rede de Estudos de Arquitectura de Veraneio [View project](#)

Citar [capítulo] como: ANTUNES, Alexandra de Carvalho, «**Quinta e Palácio da Terrugem, em Paço d'Arcos: contributo para o seu estudo**», *A Villa Renascentista – Arquitetura, Jardins e Paisagem. Visão Pluridisciplinar dos Espaços e Vivências da Quinta de Recreio de Conceção Renascentista*, 2016, Caleidoscópio, p. 315-326.

Amílcar Gil Pires

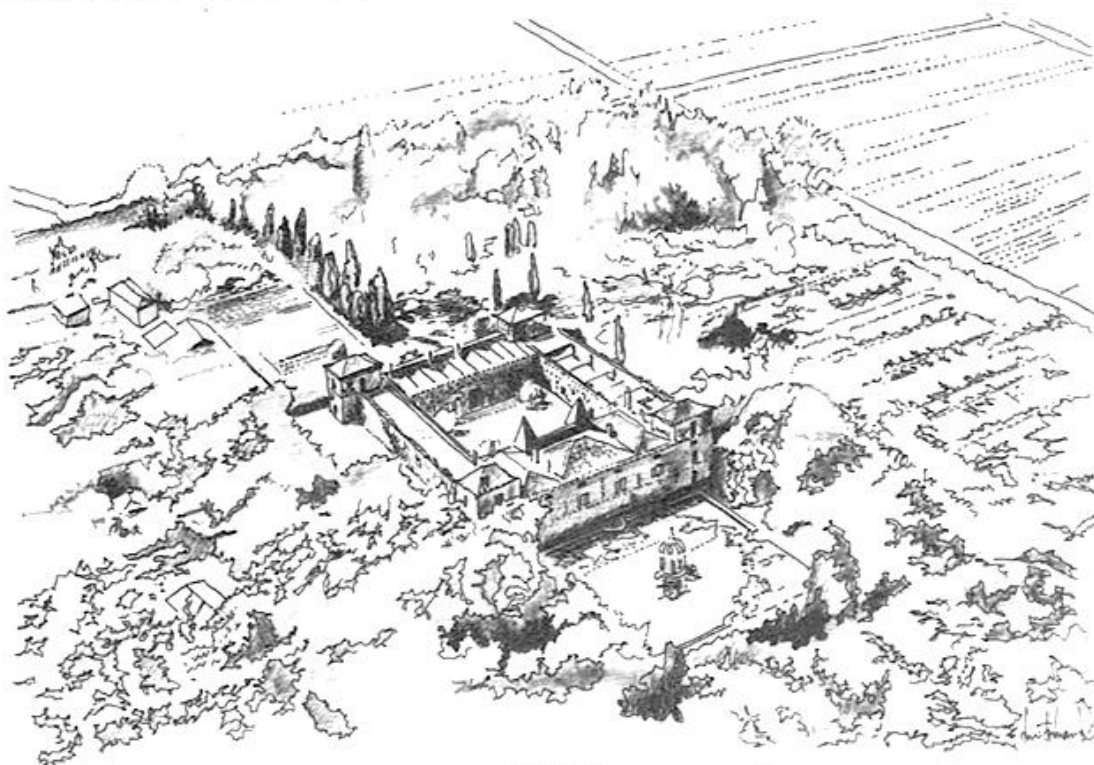
coordenação



A Villa Renascentista

Arquitetura, Jardins e Paisagem

Visão Pluridisciplinar dos Espaços e Vivências da Quinta de Recreio de Conceção Renascentista



calei
d o s c
ó p i o

TÍTULO

A Villa Renascentista – Arquitetura, Jardins e Paisagem
Visão Pluridisciplinar dos Espaços e Vivências da Quinta de Recreio de Conceção Renascentista

CORDENAÇÃO

Amílcar Gil Pires

CAPA

Quinta das Torres, Azeitão
Desenhos de Rui Barreiros Duarte

DESIGN E PAGINAÇÃO

Vitor Duarte

ISBN

978-989-658-377-4

DEPÓSITO LEGAL

407653/16

DATA DE EDIÇÃO

Dezembro 2016

EDIÇÃO



CALEIDOSCÓPIO – EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA

Rua de Estrasburgo, 26 – r/c dto.
2605-756 Casal de Cambra. PORTUGAL
Telef.: (+351) 21 981 79 60
Fax: (+351) 21 981 79 55
E-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt
www.caleidoscopio.pt

U LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA

CI AUD
FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Sumário

PREFÁCIO	7
I APRESENTAÇÃO / Síntese dos Capítulos	9
II CAPÍTULOS	27
1. A <i>Villa</i> renascentista em Portugal – valorização ou destruição?	29
<i>Amílcar Gil Pires</i>	
2. A cidade portuguesa e a <i>Villa</i> renascentista – arquitetura, jardins e paisagem	53
<i>José Manuel Fernandes</i>	
3. Os jardins das <i>villas</i> e quintas de recreio e a “arte da memória”	63
<i>Paulo Pereira</i>	
4. As <i>uilla</i> de Plínio-o-Jovem (c. 61 – c. 113 d.C.): literatura, arqueologia e desenho de arquitetura	83
<i>Leonor Ferrão, Leonor Santa Bárbara</i>	
5. Os ditos e os implícitos na construção do <i>ludus</i> cénico do Belvedere de Donato Bramante: o tempo e o espaço como forma de poder em arquitetura	107
<i>Raffaella Maddaluno</i>	
6. Prevalências renascentistas na Quinta de Ribafria (Sintra)	129
<i>Maria Teresa Caetano</i>	
7. Quatro <i>villas</i> renascentistas viradas ao Tejo	149
<i>João Vieira Caldas</i>	
8. Geometria e regra nas quintas de recreio renascentistas portuguesas	175
<i>Fábio Filipe Meirinhas Lavareda</i>	

9. O planeamento e a gestão da água na <i>Villa</i> renascentista em Portugal	197
<i>Luísa Estadão</i>	
10. Do território da Quinta de Recreio ao vale de Loures	205
<i>Inês Pires Fernandes</i>	
11. Análise e interpretação do ‘paço quinhentista’ de Santa Margarida no Varatojo	219
<i>Ana Marta Feliciano, António Santos Leite</i>	
12. A Quinta das Torres – interpretação e análise geométrica da sua arquitetura	233
<i>Rui de Klerk</i>	
13. <i>In signum libertatis</i> : Os jardins de Fronteira e a restauração da soberania de Portugal (1665-1678)	247
<i>Gerald Luckhurst</i>	
14. Palácio Valflores. Descrição de alguns processos de registo e documentação	269
<i>Luís Mateus</i>	
15. Intimismo e panteísmo. A Quinta de Recreio. Transição e demora	283
<i>Ana Santos Guerreiro</i>	
16. Quintas nas margens do Douro: três casos de estudo no âmbito da <i>Villa</i> renascentista	295
<i>Ana Catarina Gomes Castro Monteiro</i>	
17. Quinta e Palácio da Terrugem, em Paço d’Arcos: contributo para o seu estudo	315
<i>Alexandra de Carvalho Antunes</i>	
18. <i>Casa Azul</i> – reinventar uma tradição de habitar em Algés	327
<i>Margarida Louro, Francisco Oliveira</i>	
19. A dimensão clássica da Casa de Wittgenstein	341
<i>Jorge Nunes</i>	
20. Da <i>Villa</i> renascentista: O valor do Belo	365
<i>Rui Barreiros Duarte</i>	

III CONTRIBUTOS / CVs	389
-----------------------------	-----

17. Quinta e Palácio da Terrugem, em Paço d'Arcos: contributo para o seu estudo

Alexandra de Carvalho Antunes

I. Introdução

A Quinta da Terrugem localiza-se na encosta virada a Sul entre Caxias e Paço de Arcos (no concelho de Oeiras, atual União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias), distando cerca de 500 metros da linha de costa e da Avenida Marginal (Figs. 1 e 2). Da vasta quinta de produção agrícola e de recreio, propriedade do município oeirense desde 3 de Janeiro de 1978¹ e classificada como Imóvel de Valor Concelhio², resta cerca de meio hectare de um bem cuidado jardim.

A Quinta e o Palácio da Terrugem de Baixo têm sido objeto de estudos de âmbito genealógico dos seus ancestrais proprietários³. O edifício, também conhecido por Palácio Flor da Murta, em alusão a D. Luíza Clara de Portugal (1702-1779), uma das suas proprietárias⁴, tem sido recorrentemente citado em obras acerca dos amores de D. João V⁵, atendendo à ligação estabelecida entre ambos.

Apresentamos cronologia sucinta do conjunto patrimonial, incluindo a sua doação à Câmara Municipal de Oeiras, em 1978, e subseqüentes acontecimentos que culminaram com a intervenção efetuada pela empresa que utilizou a propriedade entre 1996 e início de 2015 (*Sanest, Saneamento da Costa do Estoril, S.A.*). Realizamos descrição e análise preliminares do alçado principal da edificação (Fig. 3).

¹ AMO (Arquivo Municipal de Oeiras) – “Contrato de doação de terrenos por Terimo – Construções Urbanas e Turísticas, SARL” (a 3/1/1978), *Livro 92 das Escrituras Notariais da CMO*, fl. 39-46.

² Edital n.º 184/2004 (2ª série), *Diário da República*, n.º 67, II Série, 19 de Março de 2004.

³ Rogério de Oliveira GONÇALVES, *Terrugem. Terra e gente de Paço de Arcos*, Oeiras, Município de Oeiras, 1995; e a comunicação de Fernando Lopes sob o título *Os Barém e a Terrugem de Oeiras*, apresentada a 24 de Agosto de 2015, nos *Diálogos em Noites de Verão da Espaço e Memória – Associação Cultural de Oeiras*, a publicar em compêndio de actas pela associação organizadora.

⁴ Alice LÁZARO, *Luíza Clara de Portugal – A Flor da Murta. Biografia (1702-1779)*, Lisboa, Chiado Editora, 2012.

⁵ Acerca deste assunto é primordial a obra de Alberto PIMENTEL, *As amantes de D. João V: estudos históricos*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892, pp. 193-220;



Figura 1 – Localização da Quinta da Terrugem



Figura 2 – Vista aérea de Quinta e Palácio



Figura 3 – Palácio da Terrugem, alçado principal/sul. (Foto Carmo Montanha, CMO, Set. 2009)

O presente capítulo é um sumário “estado da questão” acerca da propriedade, uma vez que se delinea a preparação de estudo aprofundado das origens, evolução e usos da propriedade rústica e das fases de construção e análise material, construtiva, estilística e artística da propriedade urbana e dos jardins.

2. A Quinta da Terrugem

O topónimo Terrugem engloba a Terrugem [de Cima] – o lugar altaneiro – e a Terrugem de Baixo (onde se situa a quinta), sendo comum desde pelo menos o séc. XIX a denominação *Quinta da Terrugem* (Fig. 4). Existem relatos que comprovam a utilização da quinta para fins de produção agrícola⁶ e também referência às *soirées* que tiveram lugar no palácio⁷.



Figura 4 – Quinta da Terrugem e principais topónimos da sua envolvente, sobre excerto do Plano Hydrographico da Barra do Porto de Lisboa, de 1857, sondado e rectificado em 1879. (Instituto Geográfico Português). Legenda: 1 – Quinta da Terrugem; 2 – Terrugem [de Cima]; 3 – Laveiras; 4 – Moinho da Cartuxa; 5 – Quinta da Cartuxa; 6 – Alto do Chafariz; 7 – Fonte de Maio; 8 – Paço d'Arcos; 9 – Quinta das Covas; 10 – Quinta da Lagoinha; 11 – Quinta Real de Caxias; 12 – Caxias; 13 – Foz da Ribeira de Paço d'Arcos; 14 – Foz da Ribeira de Barcarena.

⁶ Em 1805, produzia principalmente cevada – cf. Rogério de Oliveira GONÇALVES, op. cit., p. 24.

⁷ Vejam-se Maria ARCHER e Branca de Gonta COLAÇO, *Memórias da Linha de Cascais*, Parceria A.M. Pereira, 1943; *Digressão Recreativa – Passatempo Alegre ou Revista do Viver das Praias, na epocha dos banhos do mar, no corrente anno de 1870*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1871; e D. José Coutinho de LENCASTE, *Passeio de Lisboa a Cascais por mar e terra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Desde a sua fundação, no início do séc. XVI, e por cerca de quatro séculos, a quinta esteve, sequentemente e por herança, na posse das famílias: Barém, Jacques de Magalhães e Menezes⁸. Terá sido



Figura 5 – Implantação do Palácio da Terrugem enquadrado com os limites atuais da quinta (a cinzento) e a indicação dos limites da propriedade antes da urbanização concluída na década de 1980 (a preto). Implantação sobre Planta de Localização, AMO – Processo de Licenciamento 1478/1972.

Pêro Jacques de Magalhães (fidalgo da casa real, 1º visconde de Fonte Arcada e 5º senhor do Paul da Bordeira) a instituir, em 1681, o morgadio da Terrugem, depois herdado por D. Jorge Francisco de Meneses (neto de Pêro Jacques e 5º neto de António Correia Barém). Durante o séc. XX são inúmeros os proprietários. Estão registadas as aquisições: em 1900 por Alberto Júlio da Costa Lobo da Bandeira (3º conde de Porto Covo da Bandeira); em 1920 por Afonso Henriques Botelho de Sá Teixeira (comendador das Ordens de Santiago da Espada e Militar de Avis); em 1922 por Artur António da Costa Piano (banqueiro no Brasil); em 1930 por Fritz Otto Wirth (que fez algumas obras na edificação e introduziu espécies tropicais no jardim); em 1934 por Sara Sofia Abecassis Seruya; e em 1970 pela firma *TERIMO – Construções Urbanas e Turísticas*.

O prolongado processo de loteamento de parte da quinta, propriedade da firma *TERIMO*, resultou na urbanização da maior parte da área verde (Fig. 5) e incluiu a doação do edifício e parte da quinta à Câmara Municipal de Oeiras⁹. O ano de 1971 marcou a instalação, no palácio, de diversos serviços camarários, situação que se manteve por mais de uma década. Depois de inúmeras discussões, ideias e pareceres acerca do destino a dar ao conjunto quinta e palácio, em 1996 foi decidida a sua cedência à *Sanest, Saneamento da Costa do Estoril, S.A.* (empresa de que era acionista a Câmara Municipal de Oeiras) pelo período de 35 anos. O contrato firmado exigia que esta empresa promovesse intervenção de conservação e reabi-

⁸ Rogério de Oliveira GONÇALVES, op. cit., p. 35 e seguintes.

⁹ AMO (Arquivo Municipal de Oeiras) – “Contrato de doação...”, op. cit., fl. 39-46.

litação do conjunto. Com exceção dos trabalhos na capela, que não foram previstos no contrato firmado, as obras foram concluídas com sucesso. No entanto, com a extinção da *Sanest* e sua integração na *Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.*¹⁰, o edifício foi desocupado. Atualmente a Câmara de Oeiras procura um novo programa de usos a dar ao distinto conjunto formado por jardim e edificações¹¹.

3. O Palácio da Terrugem

A actual edificação resultará de quase cinco séculos de alterações e ampliações, sendo que representa, exemplarmente, a *tipologia G* definida por Amílcar Gil Pires¹². Peça cartográfica datada de 1810 (Fig. 6) revela a implantação de uma construção em U, seguida de duas outras, destacadas, de planta rectangular, a sul



Figura 6 – Implantação do Palácio da Terrugem no dealbar do século XIX, pormenor de CHAPMAN, William. *A topographical chart of the entrance of the river Tagus: the coast from Cape Roca to Sacavem*, London, Wm. Faden, 1810. (Biblioteca Nacional de Portugal)

¹⁰ *Decreto-Lei 94/2015*, de 29 de Maio de 2015.

¹¹ Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Oeiras, *Ata 16/15*, reunião de 29 de Julho de 2015.

¹² Amílcar Gil PIRES, *A Quinta de Recreio em Portugal: vilegiatura, lugar e arquitectura*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2013.

da edificação principal – acreditamos tratar-se das construções que vieram a dar origem ao actual Palácio e edificações anexas.

Segundo a escritura de 1978, o total de área construída perfazia 2240 m², distribuídos por, entre outros: *prédio formado por rés-do-chão e primeiro andar, com 3 pátios e capela* (superfície coberta de 527m², 3 pátios somando 389m²), casas abaracadas, adega e lagar, garagem e cocheira, residência de caseiro, arribana destinada a palheiro, casa com forno de cozer, alpendre para guarda de instrumentos de lavoura, casa em tijolo para galinheiros, cocheiras e pombal¹³.

Com a amputação da década de 1980 e as intervenções ocorridas entre 1997 e o início do novo milénio, perdeu-se por completo a feição de quinta agrícola. As cons-

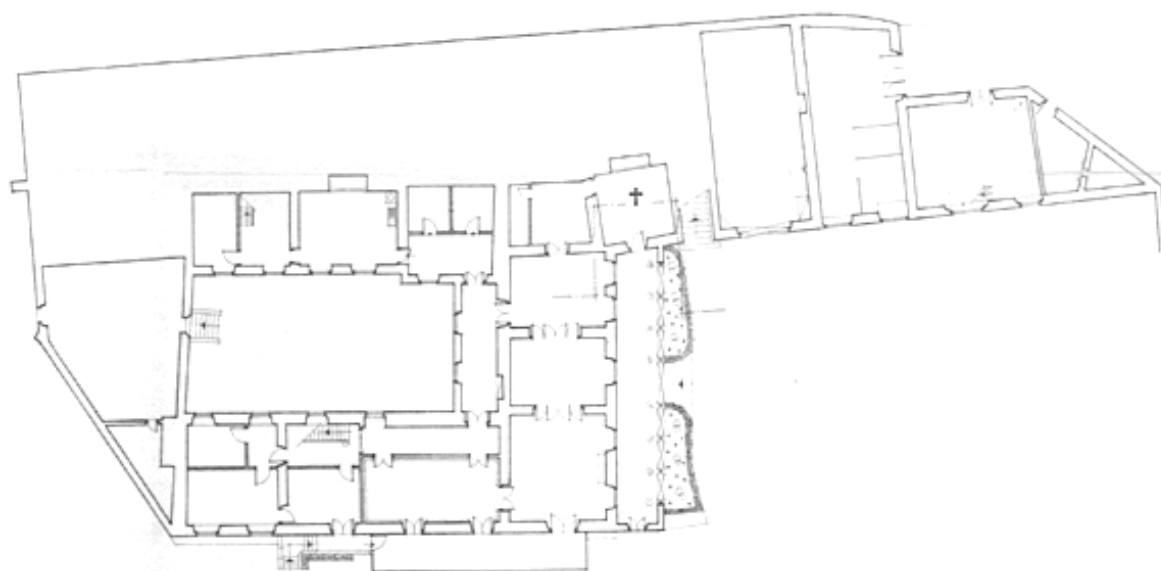


Figura 7 – Palácio da Terrugem, piso I, 1985. (AMO – Processo SP 16/85, vol.1)

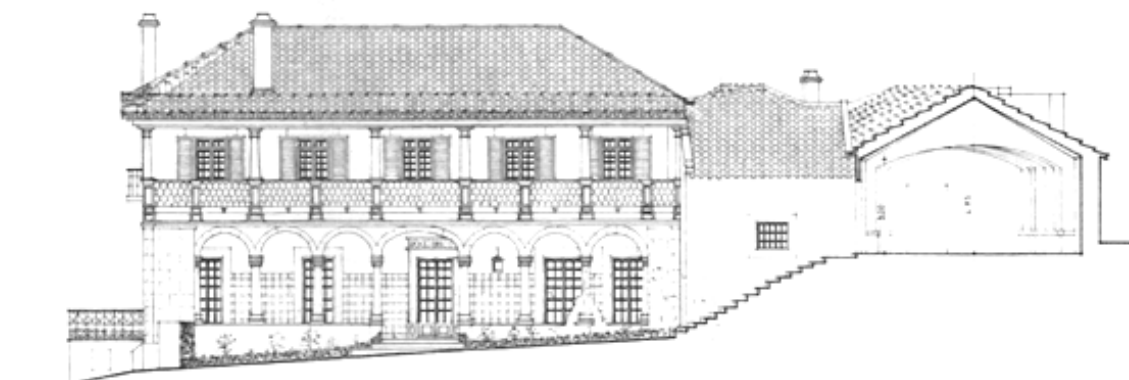


Figura 8 – Alçado principal, sul, do Palácio da Terrugem, 1985. (AMO – Processo SP 16/85, vol.1)

¹³ AMO (Arquivo Municipal de Oeiras) – “Contrato de doação...”, op. cit., fl. 39-46.

truções mais débeis (abarracadas, conforme a definição acima) foram demolidas, enquanto as construções de alvenaria se mantiveram e adequaram aos novos usos.

O corpo principal, configurado pelo Palácio, com pátio interior e capela adossada (Fig. 7), foi construído em franca adequação ao declive, relativamente acentuado, da encosta. Desenvolve-se em dois pisos e tem na sua fachada principal (Fig. 8), orientada a sul, o alçado nobre de todo o conjunto, com *loggia* dupla. A do piso 1 é embelezada por sete arcos, sendo o central arco abatido e os outros seis, que o ladeiam, arcos de volta perfeita. As oito colunas de capitéis quinhentistas, dissemelhantes, exibem ornamentação geométrica e vegetalista (Figs. 9 e 10). O piso superior é também valorizado por seis colunas, mais esbeltas que as do piso térreo.

A porta de acesso à capela (Fig. 11) é orlada por molduras escalonadas. A padieira é encimada pelas armas do escrivão da fazenda d’El Rei D. João III Damião Dias (o leopardo rampante, ao centro)¹⁴ – que surgem ladeadas por módulos vegetalistas, um dos quais regista o ano de 1549 e outro a inscrição “*Ave Maria*”.

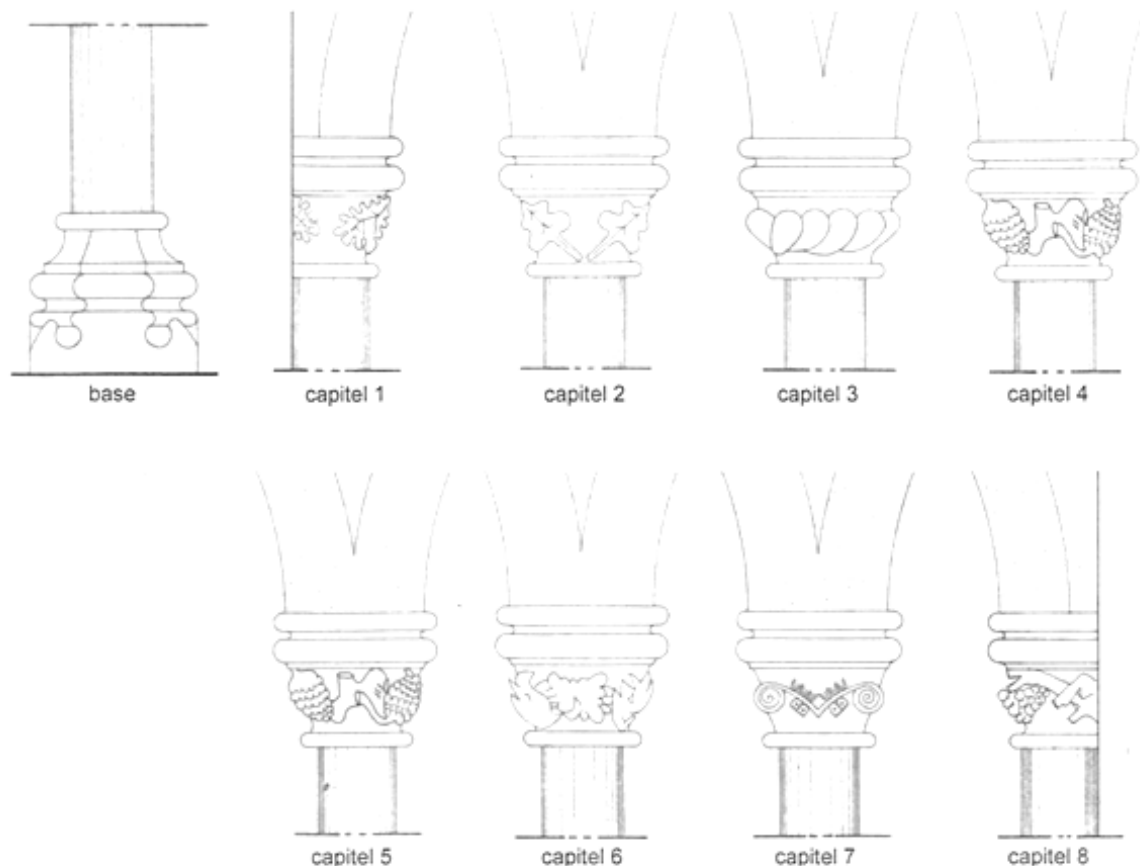


Figura 9 – Palácio da Terrugem, detalhes de base e capitéis, 1985. (AMO – Processo SP 16/85, vol.1)

¹⁴ *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, edições 3-5, O Instituto, 1938, p. 101.



Figura 10 – Vista parcial da *loggia*, porta de acesso à capela e as colunas com os capitéis 5 a 8. (Foto ACA, Nov. 2013)



Figura 11 – Pormenor do emoldramento da porta de acesso à capela e pormenor com data. (Foto ACA, Nov. 2013)



Figura 12 – Pormenor do emoldramento da porta de entrada nobre, na loggia, fachada sul. (Foto ACA, Nov. 2013)

Em finais de 2013 a capela carecia, ainda, de alguns trabalhos de conservação e restauro. É de salientar que qualquer intervenção de conservação ou restauro da capela ultrapassaria o âmbito do contrato firmado entre CMO e *Sanest*, em 1996. Os andaimes ali colocados não permitiram a sua análise adequada, no entanto não foram observados quaisquer elementos de particular interesse artístico. Cremos que a capela detém peculiar valor enquanto memória das edificações originais; inicialmente seria uma ermida, isolada e destacada na fértil encosta da quinta de produção agrícola. Há registo de que Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590) possa ter ali realizado, em 1528, a sua primeira missa¹⁵.

O acesso nobre ao interior do corpo principal faz-se por porta com emoldramento em cantaria com bom grau de compacidade e com lintel valorizado por elementos geométricos (Fig. 12).

O acervo azulejar do Palácio da Terrugem é diverso quanto à sua datação e motivos representados. Os elementos decorativos em azulejo serão provenientes de outras edificações. É o caso dos “azulejos enxaquetados, com placas brancas separadas por tarjas esmaltadas a verde, do início do século XVII” (Fig. 11), considerados “os azulejos mais antigos do Concelho de Oeiras”¹⁶. Do interior há a registar um painel com

¹⁵ Jorge MIRANDA, “Frei Frei Bartolomeu dos Mártires: reconhecimento da santidade do Beato da Terrugem demorou quatro séculos”, *Jornal da Região*, n.º 235, ano 5.º, 15 Nov. 2001, p. 9.

¹⁶ José MECO, “Azulejaria no Concelho de Oeiras, Palácio Pombal e a Casa da Pesca”, *Cadernos da Biblioteca Operária Oeirense*, Oeiras, 1982, p. 5.

o jogo das quilhas, do terceiro quartel de Setecentos¹⁷, alegadamente furtado; e um outro painel, datável de finais do século XIX, de uma sala inferior da casa¹⁸.

São também notáveis e merecedores de cuidada abordagem: as espécies vegetais, os dois lagos ornamentais (um a poente e outro, menor, defronte da fachada nobre do palácio) e o relógio de sol.

Considerações Finais

O conjunto formado por Quinta e Palácio da Terrugem é a memória, quase sempre esquecida, do que terá sido uma parte do Reguengo de Oeiras. A quinta já não é mais que um jardim e a parte edificada é, assumidamente, o resultado de mais de quatro séculos de profundas transformações empreendidas pelos seus inúmeros proprietários.

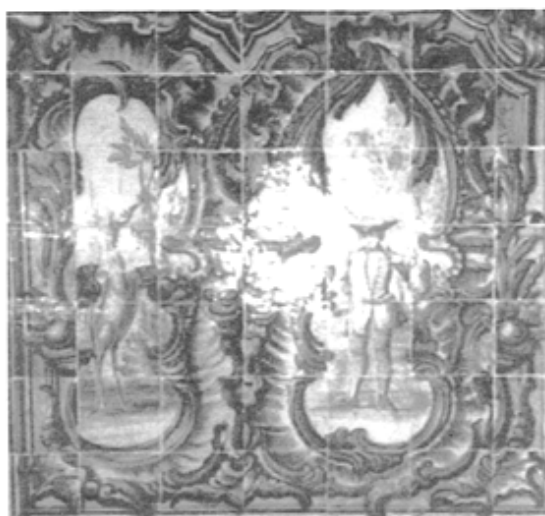


Figura 13 – “Painel rococó de 49 azulejos da segunda metade do Século XVIII, com motivo de caça, furtado em 1999 do Palácio da Flor da Murta, em Oeiras”. (www.sosazulejo.com)

É fundamental a definição clara de um rigoroso plano de salvaguarda deste insubstituível bem patrimonial. As últimas décadas, sendo as de maior consciência do valor histórico-cultural da Quinta da Terrugem, têm deixado as suas marcas. Em particular a riqueza azulejar da edificação tem sido depauperada, uma vez furtados alguns painéis de azulejo, como aquele, com motivo de caça denunciado por www.sosazulejo.com (Fig. 13).

À data em que se ultima o presente texto (Novembro de 2015) está por definir o futuro uso a dar aos edifícios

e ao belo jardim que os enquadram, atendendo a que terá cessado a sua utilização pela empresa à qual estava cedido.

¹⁷ José MECO, op. cit., p. 13.

¹⁸ José MECO, op. cit., p. 18.

É nossa firme convicção que as funções a atribuir ao conjunto deverão possibilitar a sua plena fruição, bem como primar pelo respeito pelas suas memórias e pelos seus testemunhos materiais ainda existentes.

Bibliografia

- AMO (Arquivo Municipal de Oeiras) – “Contrato de doação de terrenos por Terimo – Construções Urbanas e Turísticas, SARL” (a 3/1/1978), *Livro 92 das Escrituras Notariais da CMO, fl. 39-46.*
- AMO (Arquivo Municipal de Oeiras) – *Processo de Licenciamento 1478/1972.*
- AMO (Arquivo Municipal de Oeiras) – *Processo SP 16/85.*
- Archer, Maria e Branca de Gonta Colaço, *Memórias da Linha de Cascais*, Parceria A.M. Pereira, 1943.
- CMO (Câmara Municipal de Oeiras), *Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras*, ed. CMO, Oeiras, 1999.
- Digressão Recreativa – Passatempo Alegre ou Revista do Viver das Praias, na epocha dos banhos do mar, no corrente anno de 1870*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1871.
- Gonçalves, Rogério de Oliveira, *O palácio dos Arcos meio milénio*, Oeiras, ed. CMO, 1989.
- Gonçalves, Rogério de Oliveira, *Terrugem. Terra e gente de Paço de Arcos*, Oeiras, Município de Oeiras, 1995.
- Guedes, Lívio da Costa, *O Arco Belém – S. Julião da Barra, contorno da enseada de Paço de Arcos*, Lisboa, 1986.
- Lencaste, D. José Coutinho de, *Passeio de Lisboa a Cascais por mar e terra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
- Meco, José, “Azulejaria no Concelho de Oeiras, Palácio Pombal e a Casa da Pesca”, *Cadernos da Biblioteca Operária Oeirense*, Oeiras, 1982.
- Meco, José, *Azulejaria Portuguesa*, Lisboa, Bertrand Editora, 1985.
- Meco, José, “Património artístico de Oeiras – séculos XVI a XIX”, *1.º Ciclo de Estudos Oeirenses. Oeiras – a Terra e os Homens*, Oeiras, Ed. Celta e Câmara Municipal de Oeiras, pp. 137-154.
- Miranda, Jorge, “Frei Frei Bartolomeu dos Mártires: reconhecimento da santidade do Beato da Terrugem demorou quatro séculos”, *Jornal da Região*, n.º 235, ano 5.º, 15 Nov. 2001, p. 9.

- Pires, Amílcar Gil, *A Quinta de Recreio em Portugal: vilegiatura, lugar e arquitectura*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2013.
- Stoop, Anne de, *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*, Barcelos, Livraria Civilização, 1989.
- Videira, M.P. *Monografia de Paço de Arcos, Caxias*, Tip. do Reformatório Central de Lisboa, 1947.

FIGURAS A CORES

Quinta e Palácio da Terrugem, em Paço d'Arcos: contributo para o seu estudo

Alexandra de Carvalho Antunes

E-mail: aca.heritage@gmail.com



Fig. 1 - Localização da Quinta da Terrugem



Fig. 2 - Vista aérea de Quinta e Palácio

NÃO COPIAR



Fig. 3 - Palácio da Terrugem, alçado principal/sul. (Foto Carmo Montanha, CMO, Set. 2009)

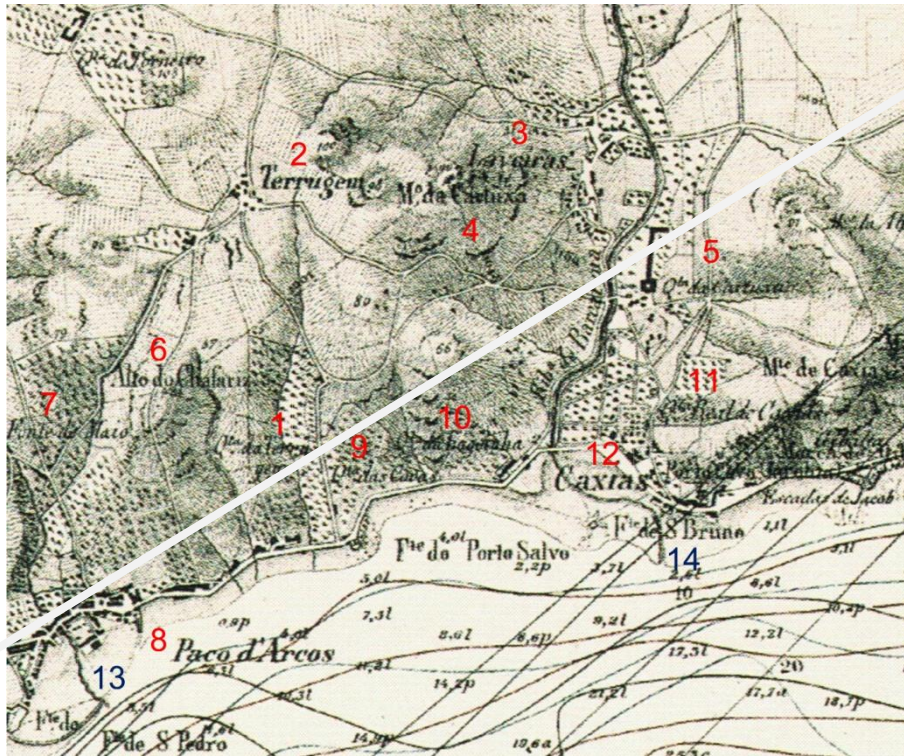


Fig. 4 - Quinta da Terrugem e principais topónimos da sua envolvente, sobre excerto do *Plano Hydrographico da Barra do Porto de Lisboa*, de 1857, sondado e rectificado em 1879. (Instituto Geográfico Português). Legenda: 1 - Quinta da Terrugem; 2 - Terrugem [de Cima]; 3 - Laveiras; 4 - Moinho da Cartuxa; 5 - Quinta da Cartuxa; 6 - Alto do Chafariz; 7 - Fonte de Maio; 8 - Paço d'Arcos; 9 - Quinta das Covas; 10 - Quinta da Lagoinha; 11 - Quinta Real de Caxias; 12 - Caxias; 13 - Foz da Ribeira de Paço d'Arcos; 14 - Foz da Ribeira de Barcarena.



Fig. 5 - Implantação do Palácio da Terrugem enquadrado com os limites actuais da quinta (a vermelho) e a indicação dos limites da propriedade antes da urbanização concluída na década de 1980 (a azul). Implantação sobre Planta de Localização, AMO - *Processo de Licenciamento* 1478/1972.



Fig. 6 - Implantação do Palácio da Terrugem no dealbar do século XIX, pormenor de CHAPMAN, William, *A topographical chart of the entrance of the river Tagus: the coast from Cape Roca to Sacavem*, London, Wm. Faden, 1810. (Biblioteca Nacional de Portugal)

NÃO COPIAR

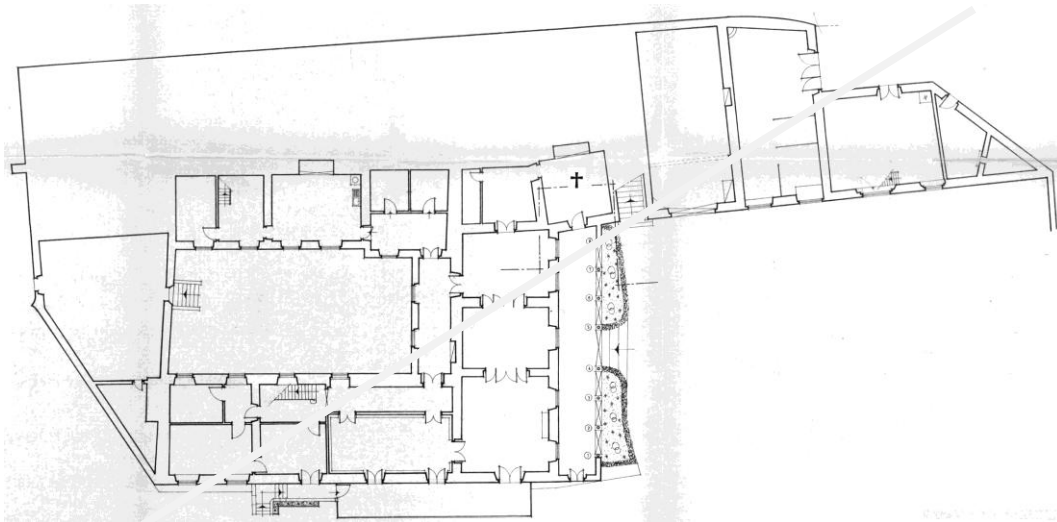


Fig. 7 - Palácio da Terrugem, piso 1, 1985. (AMO - *Processo SP 16/85*, vol.1)

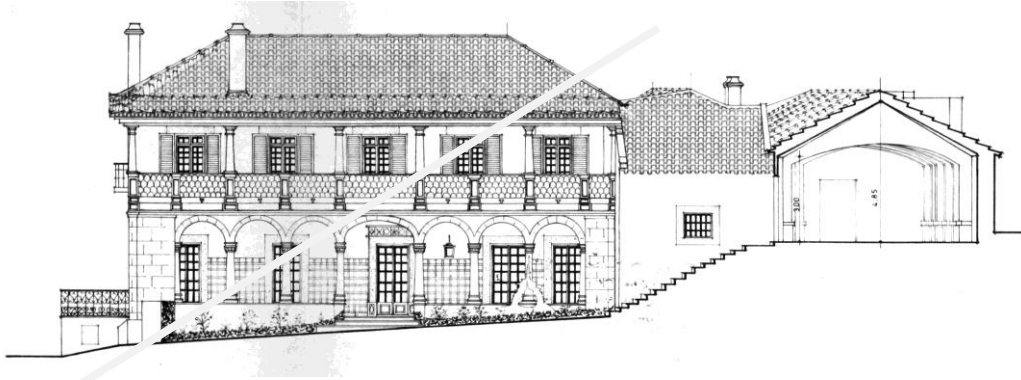


Fig. 8 - Alçado principal, sul, do Palácio da Terrugem, 1985. (AMO - Processo SP 16/85, vol.1)

NÃO COPIAR

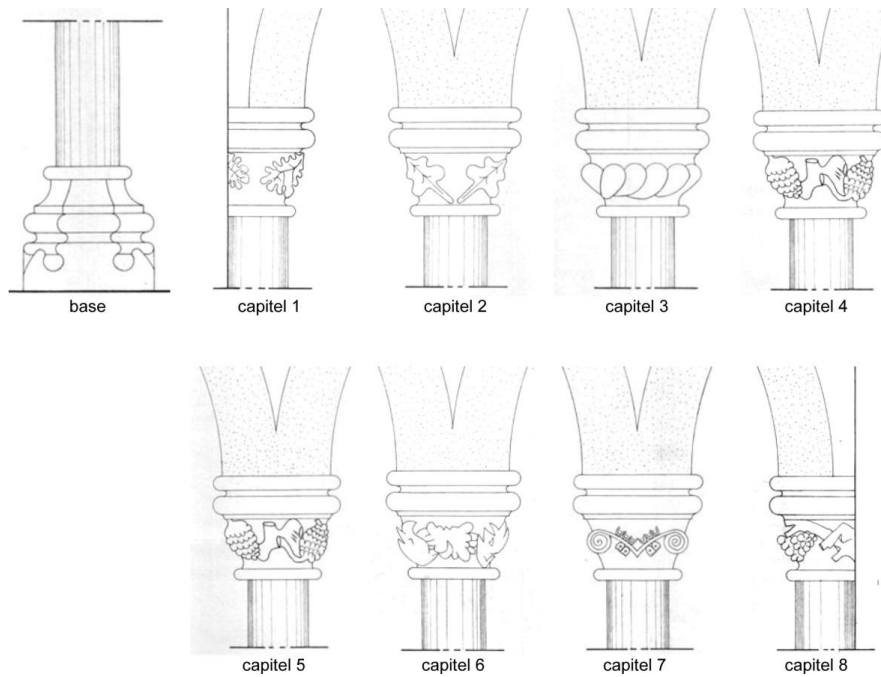


Fig. 9 - Palácio da Terrugem, detalhes de base e capitéis, 1985. (AMO - Processo SP 16/85, vol.1)



Fig. 10 - Vista parcial da *loggia*, porta de acesso à capela e as colunas com os capitéis 5 a 8. (Foto ACA, Nov. 2013)

NÃO COPIAR



Fig. 11 - Pormenor do emoldramento da porta de acesso à capela e pormenor com data. (Foto ACA, Nov. 2013)



Fig. 12 - Pormenor do emoldramento da porta de entrada nobre, na loggia, fachada sul. (Foto ACA, Nov. 2013)

NÃO COPIAR



Fig. 13 - "Painel rococó de 49 azulejos da segunda metade do Século XVIII, com motivo de caça, furtado em 1999 do Palácio da Flor da Murta, em Oeiras". (www.sosazulejo.com)